

Passagem de bastão civilizatório



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

O mundo assistiu à passagem do bastão de superpotência mundial das mãos do líder americano para o líder chinês. Isso era previsível desde que a República Popular da China começou a mostrar os resultados das reformas iniciadas há 50 anos por Deng Xiaoping: a adoção da eficiência produtiva e do empreendedorismo capitalista, sem perder a perspectiva do interesse nacional, com uma estratégia social de longo prazo, sem instabilidade política nem descontinuidade a cada eleição. Outras transições semelhantes já ocorreram: da Grécia para Roma; da Espanha e de Portugal para a Inglaterra; e desta para os Estados Unidos, compartilhada com a URSS devido ao poder nuclear. Diferentemente, a mudança atual não ocorre apenas de uma nação para outra, mas de um tipo de poder para outro: além da China, a primazia mundial será exercida por outros países e por empresas internacionais.

Em Pequim, maio de 2026, houve mais do que uma "armadilha de Tucídides" entre uma potência ascendente e outra decadente; houve o início da passagem do protagonismo dos governantes políticos, que representam seus respectivos países, para empresários "donos do planeta" que dominam tecnologias e representam interesses acima

das fronteiras nacionais. Não por acaso, ao lado de Trump estavam CEOs de empresas de alta tecnologia.

O bastão ainda passou de um país a outro, mas começou também a passar de uma era civilizatória para outra: Xi e Trump representam um tempo em que o mapa-múndi era composto por países, cada um com sua cor; mas hoje cada país é um pedaço do mundo cujos donos já não são os políticos, embora estes ainda mantenham poder para iniciar guerras, sem, contudo, desenvolvê-las ou sustentá-las sem o apoio dos novos "donos do planeta".

A China pode ser o país cujo estilo político parece melhor preparado para combinar presidentes e CEOs, porque sua cultura política, moldada há mais de 2.000 anos, inclusive por um educador chamado Confúcio, permite a combinação da eficiência e ambição privadas, com os propósitos da ambição coletiva nacional. Um pequeno livro, *A cortina de ouro*, publicado em 1995 pela antiga Paz e Terra, levantava essa hipótese ao afirmar que o mundo começava a ter "donos da Terra": não mais banqueiros, industriais, proprietários de minas ou comerciantes de commodities, mas criadores de patentes e investidores em alta tecnologia digital, informática, medicinal, espacial, logística.

Nesses 30 anos, o mundo testemunhou a confirmação dessa previsão: a Nasa passou a concorrer com empresas privadas, e é possível que a primeira viagem tripulada a Marte não seja realizada por países, mas por empresas. A rede de satélites que controla o fluxo de informações é privada; a epidemia da covid foi enfrentada graças a vacinas produzidas por empresas privadas que dominam a produção de fármacos e equipamentos médicos;

a produção e a distribuição de alimentos estão sob controle de grandes conglomerados, assim como as operações de logística que movem o mundo. A grande revolução da inteligência artificial (IA) será conduzida por empresas, utilizando governos e países, mas com o controle fora das mãos daqueles que ocupam o poder político. O presidente da Fifa conseguiu impor a Trump a recepção dos jogadores do Irã para a Copa do Mundo, e a marca Nike aparece com tanta visibilidade na camisa do Brasil quanto o próprio nome do país.

Tudo indica que o mundo atravessa a passagem do bastão não apenas de uma nação para outra, mas também a consolidação de um novo tipo de poder: o das empresas detentoras de capital, especialmente do capital do conhecimento, em um mundo no qual cada país deixou de ser uma unidade isolada e passou a integrar o conjunto global. Nesse contexto, o poder deixa de ser exercido exclusivamente por políticos em nome de governos nacionais e passa a ser controlado por grupos organizados em empresas, com vantagem para a China, que encontrou o caminho para equilibrar a eficiência de curto prazo do mercado com os interesses de longo prazo da nação.

A passagem do bastão ocorreu entre Trump e Xi, dos Estados Unidos para a China, mas também de um modelo civilizatório para outro. A armadilha contemporânea vai além daquela formulada por Tucídides, citada por Xi durante a reunião: transfere também o bastão dos presidentes nacionais para os "donos da Terra". A "geopolítica" passa o bastão para um tempo de "ecotecnogeopolítica", da era da abundância para uma era de escassez devido aos limites ecológicos e fiscais.

Regular a inteligência artificial é um ato de soberania

» LAURA SCHERTEL MENDES
Diretora de pós-graduação e pesquisa do IDP, professora adjunta de direito civil da UnB, coordenadora acadêmica do Fórum de Lisboa e presidente da Comissão de Direito Digital do Conselho Federal da OAB



A 14ª edição do Fórum de Lisboa, que se realiza na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 1º e 3 de junho, escolheu como tema a soberania digital. A escolha diz respeito a uma percepção central: a de que regular tecnologia, em especial a inteligência artificial (IA), deixou de ser apenas uma questão jurídica de proteção a direitos individuais e passou a ser, simultaneamente, uma questão geopolítica de afirmação de poder estatal.

Por muito tempo, o debate público sobre regulação de tecnologia operou em um eixo único, entre inovação e proteção. O verdadeiro dilema, portanto, não é regulação versus inovação. É qual projeto de país se quer construir: uma trajetória de inovação responsável, segura e inclusiva, ou o risco de uma IA concentradora e potencialmente antidemocrática. Quem não regula não fica neutro. Acaba sendo regulado por regras escritas em outros lugares, por interesses que não são seus.

A corrida global pela inteligência artificial tornou esse ponto inescapável. A disputa contemporânea não se dá apenas pelo acesso a modelos, mas pelo controle das cadeias de valor que os sustentam; isto é, dados, capacidade computacional, modelos fundacionais, talentos e, crucialmente, parâmetros normativos. Quem define padrões técnicos define mercados, e quem define padrões éticos define quais aplicações são legítimas.

Nenhuma dessas decisões é tecnicamente neutra e não pode ser deixada somente na mão de atores privados. É por essa chave que se deve ler o painel "Soberania Tecnológica e Fomento à Inovação: Cadeia de Valor da IA e Poder Global", que reúne nomes como a professora Christiane Woopen, da Universidade de Bonn, e empresária Luiza Trajano, o deputado Aginaldo Ribeiro e a médica Ludhmila Hajjar.

No Brasil, o PL 2.338, aprovado no Senado Federal sob a liderança do senador Eduardo Gomes e em discussão na Câmara dos Deputados, busca direcionar esse debate. O projeto estabelece uma moldura regulatória abrangente para sistemas de IA, com classificação por níveis de risco, vedações específicas, mecanismos de supervisão humana e arranjo institucional de governança. A questão não é se o Brasil deve regular. É se o Brasil prefere fazê-lo a partir de uma agenda construída internamente e de acordo com seus interesses estratégicos; ou se prefere absorver, em momento posterior, as regras escritas por outros países cujos arranjos refletem seus respectivos modelos econômicos e suas tradições jurídicas. Não regular é terceirizar a decisão.

Essa leitura geopolítica da regulação esbarra, no debate brasileiro, em duas dimensões frequentemente esquecidas. A primeira é a material. Política regulatória de IA sem capacidade de infraestrutura digital instalada é exercício parcial, pois a soberania regulatória depende da soberania de infraestrutura. Por isso, o painel "Desenvolvimento Tecnológico, Data Centers e Soberania Nacional", com a participação do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, importa para além de seu recorte temático específico. Data centers são o substrato físico sobre o qual a regulação de IA se aplica. Sem capacidade nacional de armazenamento e processamento, a regulação opera em terreno alheio. O Brasil reúne três condições raras para receber esses investimentos no momento: energia abundante e barata, preferencialmente renovável, estabilidade institucional e posição geográfica favorável à conectividade.

A segunda dimensão é a industrial. Regulação sem política industrial é desenhar as regras de um jogo do qual o país não participa como protagonista. Em ambientes de alta concentração econômica, como os mercados digitais, normas isoladas não geram, sozinhas, capacidade nacional. É preciso articular regulação, fomento, formação de talentos e investimento em pesquisa. O painel "Política Industrial, Soberania e Desenvolvimento em um Mundo Globalizado" toca exatamente esse ponto.

Os três painéis evidenciam a articulação entre regulação da IA, infraestrutura e soberania. Regular a inteligência artificial não é ir na contramão da inovação. É, antes de tudo, exercício de soberania em um cenário em que a soberania se exerce cada vez mais em código. O Brasil tem a oportunidade de criar uma legislação de inteligência artificial que se torne referência global: protetora de direitos e geradora de inovação. Regular não é deter o avanço tecnológico, mas garantir que ele se traduza em um futuro mais próspero e justo.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Uma decisão essencial para a segurança energética nacional



» WILLIAM FRANÇA
Diretor Executivo de Transição
Energética e Sustentabilidade da
Petrobras

A Petrobras tem acompanhado com atenção as discussões recentes sobre o Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP), realizado em março de 2026, e reafirma seu posicionamento favorável à homologação imediata do resultado do certame. O LRCAP é essencial para a segurança elétrica do Brasil e para a previsibilidade necessária ao desenvolvimento do setor energético nacional, evitando que o país passe por apagões.

O leilão, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com suporte técnico da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), teve como objetivo a contratação de potência firme para o Sistema Interligado Nacional (SIN), segundo diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

A efetividade de seu resultado é fundamental para o país porque o sistema elétrico brasileiro passa por transformações profundas, impulsionadas pela rápida expansão das fontes renováveis intermitentes, aumento da demanda, maior eletrificação da economia e ocorrência crescente de eventos climáticos extremos. Esse novo contexto exige capacidade firme, confiável e disponível 24 horas por dia para assegurar o suprimento nos momentos críticos.

Desde 2022, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que é a autoridade técnica máxima

responsável pela coordenação da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), alerta para o risco elevado de insuficiência de potência entre 2026 e 2030 caso não sejam contratados novos recursos. O alerta foi reiterado no Plano da Operação Energética (PEN), publicado em agosto de 2025, no qual o ONS aponta que, sem nova contratação de capacidade, a probabilidade de falha de suprimento de potência é próxima de 30% já em 2026, chegando a mais de 90% em 2029.

Em termos práticos, risco de insuficiência de potência significa risco real de apagão — interrupções súbitas e potencialmente extensas no fornecimento de energia, com consequências graves para a economia, para os serviços essenciais e para a vida cotidiana da população.

O LRCAP 2026 respondeu a esse diagnóstico técnico ao viabilizar a potência firme necessária, evitando descumprimento dos critérios de suprimento e protegendo os consumidores e a economia contra interrupções de grande impacto.

Adiar essa decisão hoje implicaria expor o país e o consumidor brasileiro à necessidade de medidas emergenciais menos eficientes e, certamente, mais caras.

O provimento de energia garantido pelo LRCAP é complementar, e não contrário, à expansão das energias renováveis. Sistemas elétricos modernos combinam renováveis com fontes despacháveis que asseguram estabilidade, flexibilidade e confiabilidade. Esse modelo é adotado pelas principais economias do mundo. A crença de que baterias podem substituir integralmente a potência térmica, nas condições atuais, não encontra respaldo técnico.

A necessidade de contratação das térmicas flexíveis é uma realidade presente e verificável nos dados da operação do SIN, observando-se o acionamento frequente das usinas, realizado pelo ONS

nos últimos meses, semanas e dias: diariamente as usinas termelétricas a gás têm sido o recurso seguro do operador quando o país mais precisa — milhares de megawatts de potência em minutos, mantendo o país aceso, ligado, operando.

Por exemplo, em 6 de maio, uma quarta-feira, mesmo em um cenário de elevada oferta de geração eólica no SIN, as usinas da Petrobras foram acionadas em tempo real para atendimento ao momento de máxima demanda do sistema. Foram despachadas três usinas, que totalizaram uma geração acima de 680MW durante o período.

Já na última sexta-feira, 15 de maio, foi solicitado despacho em tempo real de cinco usinas da Petrobras, no pico de demanda. A geração do parque termelétrico da Petrobras, que estava atendendo a programação de 620MW ao longo da tarde, ultrapassou o valor de 2.000MW logo após as 18h, com um incremento de 1.400MW em pouco mais de uma hora desde a partida e sincronismo das unidades geradoras.

A não concretização do LRCAP 2026 possui elevado potencial de impacto para a segurança do setor elétrico já para o ano vigente, pois pode levar à desmobilização de usinas termelétricas existentes, cuja viabilidade de permanência no sistema depende diretamente da previsibilidade regulatória e remuneração proporcionadas pelo leilão. A perda desses ativos agravaria de forma relevante o risco de falhas de suprimento, justamente no horizonte em que o ONS identifica vulnerabilidade.

A Petrobras permanece comprometida com a transição energética justa, com a segurança energética nacional e com a oferta contínua de energia para a sociedade brasileira e, por isso, defende a homologação e a assinatura dos contratos das usinas vencedoras do LRCAP 2026.